

O DISCURSO AMBIENTAL E A CRÍTICA À COLONIALIDADE NO REPERTÓRIO DO MST: RE-ORIENTANDO O DEBATE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Maycom Douglas Ferreira do Nascimento

Resumo

O artigo é resultado de pesquisa em um assentamento rural da Amazônia, em particular, o assentamento Mártires de Abril/Pará. O estudo partiu de uma análise sobre a experiência da agroecologia no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com foco nos temas da Educação do Campo e do Desenvolvimento Rural. As noções de Epistemologias do Sul, baseada em Boaventura de Sousa Santos, orientaram a perspectiva crítica de análise. Com foco numa abordagem qualitativa as estratégias metodológicas combinaram pesquisa bibliográfica e de campo, neste caso com ênfase em observação participante e entrevistas semiestruturadas envolvendo agricultores familiares, lideranças do setor de produção e educação. Como resultado foi possível identificar que o debate do desenvolvimento rural e da educação do campo é reorientado sob marcadores e perspectivas críticas de interpretação da realidade, em particular a amazônica, onde a questão ambiental e a crítica à colonialidade se somam como parte indissociável dessa reorientação no repertório¹ do movimento. Além disso, essa experiência vem contribuindo para a emergência de outras alternativas de sociabilidades e emancipação social nas lutas e resistência do movimento.

Palavras-chave: Educação do Campo; Desenvolvimento Rural; Agroecologia; Epistemologias do Sul.

1 O conceito de "repertório" aqui é tomado com base na teoria da ação coletiva de Charles Tilly (2010).

O DISCURSO AMBIENTAL E A CRÍTICA À COLONIALIDADE NO REPERTÓRIO DO MST: RE-ORIENTANDO O DEBATE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Maycom Douglas Ferreira do Nascimento

Abstract

The article is the result of research in a rural Amazon settlement, in particular, the Mártires de Abril / Pará settlement. The study departed from an analysis of the experience of agroecology in the Landless Rural Workers Movement (MST) focusing on the themes of Rural Education and Rural Development. The notions of Southern Epistemologies, based on Boaventura de Sousa Santos, guided the critical perspective of analysis. Focusing on a qualitative approach, the methodological strategies combined bibliographic and field research, in this case with emphasis on participant observation and semi-structured interviews involving family farmers, production and education sector leaders. As a result it was possible to identify that the debate of rural development and rural education is reoriented under markers and critical perspectives of interpretation of reality, in particular the Amazon, where the environmental issue and the critique of coloniality are added as an inseparable part of this reorientation. repertoire of movement. In addition, this experience has contributed to the emergence of other alternatives of sociability and social emancipation in the struggles and resistance of the movement.

Keywords: Rural Education; Rural development; Agroecology; Southern epistemologies.

Introdução

O artigo apresenta resultado de pesquisa em assentamento rural na Amazônia, em particular o assentamento Mártires de Abril/Pará¹. A pesquisa analisou a experiência da agroecologia no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) focalizando nos temas da educação do campo e do desenvolvimento rural. Para tanto e com objetivo de delimitar o campo de análise, colocamo-nos diante da seguinte questão: a experiência da agroecologia em assentamentos rurais do MST na Amazônia expressa outros sentidos e perspectivas para o debate do desenvolvimento rural e da educação do campo no movimento? Para isso, a pesquisa tomou como marco referencial teórico os estudos das epistemologias do sul conduzido por Boaventura de Sousa Santos, em diálogo com outros autores do campo pós-colonial e decolonial, e se orientou por uma abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2006), envolvendo levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, valendo-se das técnicas de observação participante e entrevista semiestruturadas e abertas (BERNARD, 1988; SEVERINO, 2016).

O artigo está dividido em três sessões temáticas, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira sessão trato sobre o conceito das epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos. Em linhas gerais, essa sessão discute os processos históricos e atuais de dominação e exclusão que grupos/classes sociais considerados periféricos/semiperiféricos/subdesenvolvidos são submetidos, assim como, as alternativas de resistência a eles.

Por sua vez, na segunda sessão abordo a experiência da agroecologia no repertório do MST e a construção do discurso ambiental e da crítica à colonialidade em torna dela. A terceira e última sessão está dividida em duas subseções. Na primeira analiso a relação da educação do campo com a agroecologia buscando

Como resultado foi possível identificar que o debate do desenvolvimento rural e da educação do campo é reorientado sob marcadores e perspectivas críticas de interpretação da realidade, em particular a amazônica, onde a questão ambiental e a crítica à colonialidade se somam como parte indissociável desa reorientação no repertório² do movimento.

¹ Os dados de pesquisa apresentados nesse texto expressam o que estamos acumulando no Projeto de Pesquisa “guarda-chuva”, intitulado: “As lutas e resistências de movimentos sociais e povos originários na Amazônia e suas educações: um estudo a partir do diálogo entre as Epistemologias do Sul e o Pensamento Freireano”, cujo período de vigência é de 2017 a 2020. Vinculado a esse projeto, realizamos a pesquisa de conclusão de curso de graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), intitulada: “Educação do Campo, Agroecologia e Desenvolvimento Rural: um estudo sobre a experiência do MST na Amazônia Paraense” (NASCIMENTO, 2019), onde parte dos seus resultados socializamos nesse paper.

² O conceito de “repertório” aqui é tomado com base na teoria da ação coletiva de Charles Tilly (2010).

Além disso, essa experiência vem contribuindo para a emergência de outras alternativas de sociabilidades e emancipação social nas lutas e resistências do movimento.

1. AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A EMERGÊNCIA DE OUTROS MUNDOS

“A Epistemologia do Sul, enquanto projeto, significa, ao mesmo tempo, uma descontinuidade radical com o projeto moderno da epistemologia e a reconstrução da reflexão sobre os saberes”
(João Arriscado Nunes, 2009, p. 217)

Os estudos pós-coloniais e decoloniais nos últimos anos nas Ciências Sociais vêm interpelando a sociedade civil, problematizando velhas questões e colocando novas à cena, estimulando a renovação do pensamento crítico a partir das experiências daqueles que emergem “de baixo”, das classes populares, que historicamente sofreram (e sofrem) com as consequências da herança colonial que se manteve presente como estrutura subjetiva mesmo com o fim da colonialidade enquanto sistema oficial nas sociedades.

Essa corrente de pensamento dos estudos “pós-coloniais” podemos situá-la em dois entendimentos. De acordo com Ballestrin (2013), o primeiro diz respeito “ao tempo histórico posterior ao processo de descolonização do chamado terceiro mundo, a partir da metade do século XX” (p. 90) com destaque para os estudos que se lançaram à compreensão dos processos de independência, libertação e emancipação das sociedades asiáticas e africanas (CÉSAIRE, 1978; FANON, 2008; MEMMI, 1989; SAID, 2007). O segundo refere-se as contribuições teóricas oriundas sobretudo dos estudos literários e culturais (BHABHA, 2011; SPIVAK, 2010; GILROY, 2001; HALL, 2005), sob forte influência dos pós-modernismo e pós-estruturalismo (QUINTERO; FIGUEIRA; COCHA, 2019) que, segundo Ballestrin (2013) ganharam notoriedade em algumas universidades dos Estados Unidos e Inglaterra.

Por sua vez, o discurso “decolonial” circunscreve algumas questões que eram consideradas resolvidas nas ciências sociais latino americanas e que dizem respeito, sobretudo, a modernidade e as transformações causadas no continente pela sua busca. Na interpretação de Quintero et al., (2019) essas questões se reuniram em torno da colonialidade como reverso da modernidade. Essa linha de pensamento tem sua origem na década de 90 com a criação do grupo Modernidade/Colonialidade (MC) formado por intelectuais latino-americanos, cito: Arturo Escobar, Edgar Lander, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Nos anos 2000, após sucessivos encontros e reuniões do grupo,

alguns outros nomes se somaram ao projeto que Arturo Escobar chamou de Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD) (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA, 2019), a exemplo dos nomes: Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Grueso e Marcelo Fernández Osco, além de outros³ (BALLESTRIN, 2013).

Em diálogo com essas linhagens de pensamento, ainda que, com perspectivas e ângulos diferentes, surge o termo “Epistemologias do Sul” desenvolvido pelo estudioso e membro do Grupo Modernidade/Colonialidade Boaventura de Sousa Santos. Essa categoria de análise se propõe pensar as questões do poder na modernidade e no controle do Atlântico pela Europa. Nesse sentido, as epistemologias do sul validam-se na ideia de denunciar e propor alternativas não eurocêntricas diante de uma crise de um padrão de poder, ser e saber que serviu como base na constituição de um paradigma hegemônico de classificação e diferenciação social com sua origem na colonização europeia, que longe de ficar no passado se reinventa no presente. Para reinterpretar esse “novo” cenário da nova ordem mundial, o referido autor apresenta nesses estudos (2004; 2007a; 2007b; 2009; 2010a; 2010b; 2016) as diferenças e contradições entre aquilo que denomina de Região Norte (centro, desenvolvida e rica) e Região Sul (periferia, subdesenvolvida e pobre).

Nesse seu escrito de (2016) o autor se vale do termo “preconceito colonial” que na sua avaliação revela a assimetria entre essas regiões, responsável pela origem do mito fundador que estrutura o ocidente como universo ideal da civilização e da modernidade em relação ao restante do mundo. Santos (2007a) identifica que as Linhas Cartográficas Abissais que demarcavam o velho (norte global) e novo mundo (sul global) na era colonial, subsistem estrutural e simbolicamente no pensamento moderno ocidental. Ou seja, elas atuam tendo um papel que estabelece relações sociais, culturais e políticas marcadas pelo arbítrio e pela violência física-e-simbólica, fazendo emergir e prevalecer um eurocentrismo⁴ no contato entre esses dois mundos

3 Para conhecer alguns outros componentes do grupo, ver Arturo Escobar “Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano”. Tabula Rasa, n. 1, p. 58-86

4 O eurocentrismo foi incorporado e produziu-se a partir da ideia de modernidade universal que descaracterizou/descredibilizou o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos e escrito em outras línguas não-hegemônicas identificadas nos “saberes locais” ou “regionais” (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa invenção da modernidade universal ajudou a fundar um dualismo exacerbado sob a óptica eurocêntrica e colonialista. É nesse sentido que Enrique Dussel (2016) defende uma ideia de “transmodernidade”, porque para ele não existe uma única modernidade.

(DUSSEL, 2005; CORONIL, 2005; QUIJANO, 2005).

A *Linha cartográfica Abissal* que Santos (2007a) analisa para melhor ilustrar essas diferenças criou dois universos distintos: um que fica de Um lado da linha e o outro que se encontra do Outro lado da linha. Essa divisão se propõe separar e diferenciar hierarquicamente os territórios metropolitanos dos coloniais. Com base nisso, cabe afirmar que a metrópole se constituiu enquanto um sistema de dominação e exploração em relação aos territórios por ela colonizados. O encontro que se deu – por meio de caminhos cruéis – entre esses universos é que vai dar às metrópoles a centralidade que adquiriram ao longo da história. Dessa forma, as experiências, as formas de vida, os valores culturais e simbólicos das nações colonizadas tornaram-se invalidadas e desautorizadas dentro desse sistema, conformando, assim, seu “desperdício” por essa racionalidade eurocentrada de mundo que reforça as desigualdades na relação Norte e Sul. À essa razão eurocêntrica Santos (2007b, p. 25-26) denomina de “Razão indolente” (preguiçosa), parte do pressuposto que nas regiões periféricas

Não há conhecimento, existem crenças, religiões, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem torna-se objetos ou matéria-prima para inquirição científica. Assim, essa linha visível que separa ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e teologia.

É no sentido oposto a este paradigma que Santos (2010a) vai propor um pensamento *Pós-abissal* cujos os procedimentos da *Sociologia das Ausências; Sociologia das Emergências; Ecologia de Saberes e do Trabalho de Tradução Intercultural* o constituem. A *Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências* visam confrontar o paradigma da ciência moderna que (re) produz ausências, com uma diversidade mais rica e plural que estão silenciadas, ocultas e ausentes da história oficial. Assim, enquanto a “sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis” (SANTOS, 2010b). O autor está através desses conceitos propondo a superação das monoculturas do saber científico, da naturalização das diferenças, da escola dominante de pensa-

mento a partir da ampliação das redes de conhecimentos a fim de tornar disponível um número maior de realidades plurais sem que haja entre elas diferenciações, seja por critérios de classe ou de qualquer outra natureza.

Por sua vez, a ecologia de saberes visa problematizar as formas privilegiadas de conhecimentos que no correr da história valeram-se de um sistema de sobreposições de um determinado conhecimento em relação à outro. Neste sentido, a ecologia de saberes procura partir de um futuro concreto e de utopias realistas com base nas experiências dos movimentos sociais, das organizações e dos povos historicamente marginalizados. Santos (2007b) chama atenção de que “não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo produção de conhecimento” (Idem, p. 20). Em linhas gerais, esse procedimento propõe aproximar o senso comum, o conhecimento leigo e popular do conhecimento produzido por meio da ciência moderna, de modo que haja a descentralização do que pode ser considerado crível ou não crível apenas por formas de validação via o conhecimento científico. Santos (2003, p. 83) em *Um Discurso sobre as Ciências* vai dizer:

A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia. A razão porque privilegamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos nada tem de científico. É um juízo de valor.

Além disso, ele destaca o desafio de um “trabalho de tradução” intercultural e emancipatório

Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências: para contrair o futuro, uma sociologia das emergências [...]. Em vez de uma teoria geral, proponho um trabalho de tradução. Um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre as experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade (SANTOS, 2004, p. 779).

Nesse horizonte, o autor orienta ao diálogo entre formas e modos de produção de experiências e saberes que se encontram em lados opostos a fim de que se supere o alto grau de discrepância entre elas, um exemplo deste procedimento

Ocorrem na biodiversidade (entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas ou tradicionais), na medicina (entre medicina moderna e medicina tradicional), na justiça (entre jurisdições indígenas ou autoridades tradicionais e jurisdições modernas, nacionais), na agricultura (entre a agricultura industrial e a agricultura camponesa ou sustentável), nos estudos de impacto ambiental e tecnológico (entre conhecimento técnico e os conhecimentos leigos, entre peritos e cidadãos comuns). (SANTOS, 2010b, p. 121)

A Sociologia das ausências e das emergências e, enfim, a ecologia de saberes propostas por Boaventura Santos não implicam segundo ele apenas em conhecimentos alternativos. Elas vão além disso, conformando em novos processos de produção de conhecimentos, “e estes não podem prosperar nas instituições modernas que ao longo de dois séculos produziram e reproduziram razão indolente, as monoculturas e o bloqueio das emancipações sociais” (SANTOS, 2010b, p. 17).

Daí a importância de validar o que é produzido fora dos centros hegemônicos que, desde a construção do Sistema-Mundo Moderno/Colonial (WALLERSTEIN, 1979) ocupou um lugar periférico na história, tornando-se ainda mais urgente interpretar e enunciar as relações de colonialidade do poder, do saber e do ser que se estabeleceram no contato entre o colonizador e colonizado na América Latina e no mundo, e que são fundamentais para compreensão do nosso passado e presente. É neste sentido que alguns autores partem da premissa de que com a crise da ciência moderna vem fazendo sentido falar de um “resgate da epistemologia” pautada sobretudo nas experiências do Sul Global (NUNES, 2009). Em outra chave de análise esse “resgate” e “validação” dessa epistemologia não pode prescindir da descolonização epistemológica (CAVALLO, 2018). Para Caba e García (2014, p. 6) a “*descolonización epistemológica se entiende entonces un intento que [...] busca la gestación de un pensamiento en diálogo con conocimientos de la periferia que han sido despreciadas y/o silenciadas por la superioridad autoasignada de la cultura europea*”

Ao tratar do processo de “descolonização” e seus desafios Frantz Fanon (1968, p. 26), explica:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é vista como um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de acordo amigável. A descolonização, sabemos, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente

dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono - foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial.

O colono é, em essência violento, contempla o conflito desprezando a brandura, pois quem coloniza para manter e garantir sua posição e papel de colonizador precisará, necessariamente, por caminhos opressivos e cruéis colonizar e, para isto, quem é colonizado deverá estar sempre submetido à esta condição social. Na verdade, a colonização não lidou bem com os valores que nos ajudam a compreender e aceitar o outro como diferente. Mas, por outro lado, a descolonização não acontece no silêncio da história, mas faz ecoar vozes, produz protesto, indignação, revolta e insistir nela é mais do que uma luta epistêmica é um ato

Jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de: modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos (Idem).

político. Assim, ela Foi com base nesse marco referencial teórico que a pesquisa desenvolvida tomou a experiência social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na realidade de assentamentos rurais no Estado do Pará com foco no debate da agroecologia, educação do campo e desenvolvimento rural.

2. A ADOÇÃO DA AGROECOLOGIA NO REPERTÓRIO DO MST: a construção do discurso ambiental e a crítica à colonialidade

Com objetivo de incluir em seu repertório a defesa pela sustentabilidade e, conseqüentemente a pauta ambiental, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem buscando criar modelos de desenvolvimento alternativo, sobretudo, nas áreas conquistadas e assentamentos de reforma agrária, levando ao debate público e acadêmico questões que assinalam uma imersão diferente no campo de resistência contra-hegemônico e de problematização sobre o padrão de desenvolvimento reservado ao continente, pautando ainda a necessidade de revisão e problematização de agenda do Estado, valendo-se de uma crítica redefinida e contextualizada ao capitalismo (periférico) brasileiro elatino americano

e, também, à colonialidade do poder, saber e do ser.

Nesse horizonte, inscreve-se no repertório desse ator coletivo a agroecologia, que emerge no movimento enquanto um paradigma novo de produção que vem redefinindo sob marcadores e concepções críticas o seu debate de reforma agrária, de projeto de nação, de desenvolvimento rural e de educação do campo etc (CORRÊA; NASCIMENTO, 2019).

A partir do seu nascimento oficial em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Borges (2009, p. 02) identifica que "o MST buscou orientar a organização da produção nos assentamentos rurais através da coletivização do trabalho, a qual, representava em sua fase inicial característica essencialmente localizadas. Esse modelo de produção comumente chamado de cooperativismo⁵ agrícola tinha como principal objetivo o de competir com o mercado sob a orientação da agricultura convencional. Dentre as características desse modelo destacavam-se: produção em larga escala, mecanização agrícola, utilização de insumos químicos e a divisão do trabalho (especialização de tarefa) (BORGES, 2009, p.03). Conforme Frade e Sauer (2017, p. 69)

No contexto de crise (política e econômica) do Governo Collor (1990-1992), o MST optou por organizar os assentamentos em centrais de cooperativas, não pulverizadas em pequenas cooperativas municipais, que pudessem aglutinar as cooperativas de comercialização com as diversas formas de cooperação agrícola e associações. O principal objetivo das cooperativas era a eficiência econômica dos assentamentos por meio da especialização de tarefas, da tecnificação da produção, da agroindustrialização e da utilização de insumos químicos, a fim de alcançar maior escala de produção.

No entanto, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) organizadas pelo movimento começaram a apresentar sinais de dificuldades em levar adiante sua proposta, tendo em vista, segundo Borges (2009, p. 03) "a diversidade econômica e social presente nas localidades e o questionamento sobre a importância do saber tradicional (camponês)". Alguns analistas desse campo, Borges (2007), Correa (2007) e Barcellos (2010) associam o processo de (re) organização produtiva baseado na agroecologia à crise do cooperativismo no MST. O insucesso desse modelo foi

⁵ Segundo Borges (2009) o cooperativismo adotado pelo MST estava associado à construção de uma estrutura político organizacional pautada em objetivos que assegurariam a minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas. Para esses fins, o Movimento organizou a partir de seu Setor de Produção, o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas.

responsável por um processo de novas avaliações, discussões e problematizações internas no movimento em torno das práticas de produção insustentáveis social e ambientalmente, fato este, que combinou na reorientação para a transição agroecológica⁶, "mesmo não estando claro o que este termo significava" como observam Borsatto e Carmo (2013, p. 665). Essa virada de paradigma contou com a "criação de programas públicos de apoio ao acesso a mercados, propiciado pelas políticas desenvolvidas a partir do governo Lula, no início do seu mandato à frente da presidência da república em 2003" (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 179)

A transição para a agroecologia pode ser identificada em três fases, segundo Corrêa (2007) a primeira é entre 1984 e 1994, para ele nesse período a agroecologia não contava com maior visibilidade. Em outra chave interpretativa Frade e Sauer (2017) identificam alguns elementos relevantes em torno da preocupação com as questões ambientais associado a essa nova racionalidade no movimento

Debates e embates, além de discussões sobre agricultura orgânica e sustentabilidade, influenciaram as discussões e práticas do MST nos anos seguintes. Nesse contexto a preocupação com as questões ambientais, associadas à luta pela terra e pela reforma agrária, foi sendo incorporada gradativamente. (p. 72).

O segundo momento ocorre entre 1995 e 2000 período em que o MST começou a perceber a inviabilidade do modelo agrícola industrial para os assentamentos de reforma agrária (CORREA, 2007; FRADER; SAUER, 2017). Em nível nacional e transnacional o movimento passou a demarcar sua posição de forma mais contundente a favor da sustentabilidade através de iniciativas que tomavam a agroecologia enquanto questão nuclear, a exemplo da: *Campanha Por um Brasil Livre de Transgênico* que contou com a participação de diversos movimentos, dentre eles o MST.

Em 2001 é a última fase de aproximação do movimento com a agroecologia e se estende até os dias atuais conforme Correa (2007). De lá para cá o MST passou a adotar uma postura mais radical entre suas lideranças e no interior dos assentamentos contra o

modelo agrícola brasileiro assentado no agronegócio.¹ Para Silva e Lopes (2015, p. 2) "É no contexto de reação a ofensiva do agronegócio que a agroecologia vem sendo considerada como um instrumento importante na geração de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade".

A rigor, essa virada de paradigma acontece essencialmente a partir do IV Congresso do movimento realizado em 2000, nele o MST passou a enfatizar que "[...] assentados deveriam, primeiramente, garantir a segurança alimentar das famílias com produtos de qualidade, diversidade e, sobretudo, livre de agroquímicos e de transgênicos" (NOVAES et al., 2015, p. 217). Esse congresso segundo Frader e Sauer (2017, p. 74) assumiu publicamente o debate em torno da temática ambiental e "afirmou a importância da construção de novos tecnológicos, sustentável do ponto de vista ambiental, garantido produtividade, viabilidade econômica e bem-estar social"

1 Não obstante, em período anterior em 1995 no seu III Congresso, o movimento já esboçava uma aproximação com a agenda ambiental, como destaca Loureiro (2016). Para a autora, sua filiação a Via Campesina² no mesmo ano reforça essa hipótese. Essa aproximação do movimento com a Via Campesina - que promove a articulação em plano internacional das ações coletivas do campo - nos permite visualizar o caráter transnacional que as agendas, lutas e experiências dos movimentos sociais assumem na América Latina (BRINGEL; FALERO, 2008), que nas contribuições de Santos (2010b) concebem "sinais" e "pistas" relevantes para o início de um tra-

¹ No atual contexto e cenário político brasileiro com a ascensão à Presidência da República de Jair Bolsonaro, essas ameaças à Povos e Comunidades Tradicionais vem aumentando devido a uma política de flexibilização e fragilização ambiental que vem implicando numa drástica redução da fiscalização ambiental, que intensifica o desmatamento, as queimadas irregulares, o aumento de invasões às terras e territórios de povos tradicionais e o acirramento dos conflitos armados conforme denúncia em nota publicada pelo Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2019). Disponível a nota em: <http://www.portal.abant.org.br/2019/08/02/contrao-desmanche-ambiental-e-a-violencia-decorrente/?fbclid=IwAR17cO-Dp-e8dp-SZJg7ErFbBaljxJzvubQ6jUP5o40F3GOOKvzOi9enw2>

² Criada em 1992, a Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa, que tem como linhas políticas: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. A Via Campesina se conforma como um dos principais atores nas lutas atuais contra a hegemonia do modelo neoliberal de agricultura, denominado de Agronegócio (FERNANDES, 2008).

⁶ Para mais detalhes ver Barcelos, S.B (2010). A formação do discurso agroecológico no MST (Dissertação de mestrado) em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

balho de tradução intercultural, a partir dessa articulação entre esses diferentes sujeitos que expressam uma multiplicidade e diversidade de experiências sociais e culturais

A redefinição de agenda apresentada pelo movimento ajuda a trazer um tema caro para a sociedade contemporânea, um paradigma novo de produção e modo de sociabilidade - agroecologia - que convida o mundo a encarar com mais lucidez e urgência a crise socioambiental que vivemos. Uma experiência que revela ao mundo a necessidade de nos indagarmos: *A quem interessa o modelo de desenvolvimento atual? Quais suas ameaças e consequências para construção de uma sociedade mais cidadã e democrática? É possível construí-la sob as bases da ideia de desenvolvimento? Ou seria necessário antes descolonizar o imaginário de desenvolvimento?* A experiência da agroecologia no MST é reveladora de uma agenda emergente anti-sistêmica que se coaduna a rastros de resistência frente às ações do Estado-Nação e de grupos hegemônicos que concentram o poder e reproduzem uma lógica colonial de "apropriação/violência" (CASANOVA, 2007; SANTOS, 2007a; 2010b) limitando a autodeterminação dos povos.

Um exemplo, na atualidade, dessa posição de combate do MST esteve em sintonia com a Greve Global pelo Clima no ano de 2019, um movimento que teve como principal símbolo de resistência a jovem sueca Greta Thunberg. Na ocasião, mulheres Sem Terra realizaram um protesto em frente à sede nacional da Bayer/Monsanto na zona sul do Estado de São Paulo com o objetivo de denunciar o sistema latifundiário brasileiro e o agronegócio, fazendo inclusive duras críticas ao atual governo que é considerado pelo movimento o "patrono do veneno".

Cabe afirmar que esse importante ator coletivo assume um repertório que enuncia outras narrativas, práticas não-hegemônicas, criando outros paradigmas de inteligibilidade e interpretação da realidade e do mundo que prescindem de uma crítica aos processos de dominação da vida, das relações sociais e da natureza. Ainda identificamos que essa luta expressa um caráter de ambientalização, uma vez que o discurso agroecológico incorpora justificativas ambientais para legitimar as práticas institucionais e políticas desses grupos (ACSERLAD, 2010). Por fim, destacamos um outro caminho que é possível apontar com essa experiência em curso, é o da desconstrução do imaginário social e da visão dualista e colonialista (LANDER, 2005) forjada sobre o rural brasileiro, o que, em grande medida contribui tanto para construir e imprimir estereótipos (e identidades) sobre os seus habitantes (de fora para dentro,

pelos grupos dominantes) como para instituir relações de dominação e opressão materiais e simbólico-culturais e epistêmicas (QUIJANO, 2005; CASTRO GOMES, 2005).

3. A EXPERIÊNCIA DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/PA: reorientando o debate do desenvolvimento rural e da educação do campo no MST

O trabalho de campo se deu no assentamento Mártires de Abril situado na Ilha de Mosqueiro na cidade de Belém no Estado do Pará durante o período de março de 2017 a março de 2018. Rebello (2005, p. 2) ao tratar nesse seu estudo das características socioespaciais da localidade, o autor aponta que

A Ilha de Mosqueiro, embora faça parte do arquipélago de 33 ilhas que compõem o município de Belém, está distante do centro de Belém, localizado na sua porção continental, apenas 70 km. Ao Norte, a ilha é cercada pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, ao sul pela Baía do Sol, a oeste pela Baía de Santo Antônio e a leste pelo Furo das Marinhas, o qual separa o distrito do continente. A inserção da ilha no contexto urbano de Belém se inicia com a abertura da rodovia Meira Filho (1970) e da ponte Sebastião de Oliveira (1976). A partir da integração terrestre entre a ilha e o continente, o crescimento do distrito foi intensificado. Se comparado a Belém, o crescimento de Mosqueiro pode ser considerado espontâneo, pois não houve a participação de grandes construtoras e programas de habitação social por parte do governo, diferente do que se encontra em municípios da Região Metropolitana de Belém.

O assentamento Mártires de Abril foi conquistado como resultado da luta histórica do MST pela reforma agrária no Estado do Pará, adotando estratégias específicas de resistência à exclusão e expropriação (FERNANDES, 2000). Após sua conquista e regularização junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), as famílias começaram se organizar, a proposta inicial era implementar uma organização de caráter coletivo de gestão familiar. Pessoa (2014, p. 11) destaca em seu trabalho que

atualmente essa forma não está mais presente; o assentamento encontra-se reorganizado com gestão familiar de caráter individual. Os núcleos familiares foram desconstituídos ficando os lotes ou estabelecimentos divididos individualmente pelas famílias, mantendo-se a área estabelecida em aproximadamente quatro hectares para cada família. O assentamento mantém famílias residentes na agrovila e outras no próprio lote.

No assentamento, são poucos os lotes que estão desenvolvendo a experiência da agroecologia. As vivências mais avançadas estão presentes, principalmente, no LAPO (*Lote Agroecológico de Produção Orgânica*) e no LAERT (*Lote Agroecológico Ernesto Tai-guara*). Alguns dentro do assentamento relacionam essa limitação a fatores internos e externos ao assentamento (CORRÊA; NASCIMENTO, 2019). Observamos durante a pesquisa de campo que a apropriação e incorporação da agroecologia pelas famílias nas áreas de assentamentos rurais, em particular no Mártires de Abril, precisa ser compreendida não de forma harmônica e homogênea, mas de forma tensa e conflitiva, entre avanços e desafios que revelam as contradições entre os sujeitos da reforma agrária (MARTINS, 2009).



Foto A - Experiência com viveiro de mudas no lote LAERT; Foto B - experiência com sementes crioulas no LAPO; Foto C e D - Registro do momento em que a liderança que reside no LAPO nos apresentava o espaço. Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (sediado na UEPA e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação).

Ainda realizamos entrevistas de caráter semiestruturada e aberta, os interlocutores foram distribuídos da seguinte forma: (2) lideranças do setor de produção proprietários de lotes agroecológicos; (2) educadoras popular do movimento. Estes sujeitos vivem da produção agroecológica em seus lotes e da comercialização dos seus produtos em feiras da reforma agrária e eventos acadêmicos.



Foto E, F e G: comercialização da produção agroecológica dos assentamentos do MST na II Feira Estadual da Reforma Agrária do Estado do Pará. Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (sediado na UEPA e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação).

Um outro problema identificado *in lócus* e apresentado, também, pelas famílias do assentamento é a dificuldade em tocar a produção agroecológica em seus lotes, primeiro pela carência de políticas públicas por parte do poder público municipal, estadual e federal e de condições estruturais que garantam aos agricultores familiares a eficácia na produção; segundo pela falta de consenso entre as famílias em aderir à agroecologia, "isso acaba com que muitos vendam sua força de trabalho em restaurantes das praias na Ilha de Mosqueiro para garantir o sustento de casa" segundo o depoimento de uma liderança do setor de produção. Isso demonstra determinantes políticos e socioeconômicos que neutralizam tal transição (CORRÊA; NASCIMENTO, 2019). Para esses autores existe uma dimensão estrutural, um componente micros social e subjetivo, que se revela, através da *Razão Neoliberal* como marca principal da "generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Não obstante existam esses fatores dentro do assentamento, contudo, é possível observar

a dimensão política e epistemológica que o MST vem dando a esse tema, sustentando a defesa do paradigma agroecológico como alternativa de desenvolvimento rural e de sociabilidade e contraponto ao modelo de desenvolvimento de agricultura hegemônica de mercado, marca da modernização conservadora desde os anos 1960 (CORRÊA; NASCIMENTO, p. 310).

Em síntese, o movimento apresenta uma outra agenda pública de desenvolvimento rural, defendendo um desenvolvimento com sustentabilidade, focalizando na soberania e segurança alimentar e territorial (como um dos princípios agroecológico), na reforma agrária popular e na garantia dos direitos territoriais dos povos do campo.

3.1 Agroecologia e MST: reinventando e ampliando o horizonte teórico crítico de representação da realidade social brasileira/amazônica no debate da educação do campo

A educação é um princípio central que norteia as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A perspectiva de educação defendida pelo movimento é aquela que se enquadra às especificidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O tema da educação sempre foi cunhado com forte tom de prioridade e preocupação no interior dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A aproximação do MST com o tema fica mais evidente na participação e denúncia que faz da dramática situação dos povos do campo e da educação do campo para a sociedade e Estado brasileiros, durante o I Encontro Nacional dos

7 Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/09/20/mulheres-sem-terra-realizam-ato-em-frente-a-sede-nacional-da-bayer-monsanto.html> > acesso em: 23 set. 2019.

Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, em julho de 1997. Nesse encontro iniciou-se um debate que, mais tarde, em 1998, foi aprofundado na I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo⁸, em contraponto ao que no Brasil se denomina de Educação Rural. A proposta era utilizar a expressão “campo”, e não a mais usual “meio rural” com o objetivo de incluir segundo Kolling et al., (1999, p. 26) “uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho”.

Essa luta pela Educação do Campo (EC) surge como resultado da luta dos trabalhadores rurais do Brasil, primeiro pelo direito à terra; segundo pelo acesso à educação. Então é impossível falar em educação do campo sem enfatizar um dos principais problemas da sociedade brasileira que é a extrema concentração fundiária. Essa proposta de educação está associada, também, às lutas dos camponeses para continuar (re) existindo nos termos de Porto-Gonçalves (2006) enquanto camponês que passam dentro de suas experiências de (re) existência associar de maneira muito intrínseca o acesso ao conhecimento e o direito à terra na perspectiva de que, o conhecimento seja também uma estratégia de preservação dos seus saberes e modos de vida, que não podem prescindir da defesa pela reforma agrária com a participação dos povos do campo.

Com base nos trabalhos de campo e entrevistas realizadas com uma Liderança do Setor de Educação do assentamento (L.S.E), ela fala sobre as motivações que levaram a EC se inserir nesse processo de luta pela terra no MST

A educação do campo se inseriu nesse processo, pois não só adiantava ter acesso à terra com pessoas ignorantes, sem o acesso à educação e cultura. O assentamento não pode ser visto somente como uma maneira de se obter renda, ali se produz cultura, vida, novas relações sociais e, com isso, a educação foi ganhando centralidade no MST. Para nós, a escola não é uma bandeira do MST, é uma prioridade do movimento. (L.S.E) 2

Nesta narrativa, dois pontos chamam atenção. O primeiro que destaca às razões que levaram o movimento adotar a pauta da EC na sua agenda, que passa a incluir outras dimensões da vida e das condições para sua reprodução social nos assentamentos.

8 Segundo Freitas (2011) essa conferência é resultado dos debates ocorrido durante o I ENERA, onde as entidades promotoras decidiram realizar uma grande conferência nacional na qual pudessem analisar e levantar uma discussão mais ampla sobre a situação e os problemas do mundo rural brasileiro e sua educação.

9 Decidimos em utilizar a abreviação da ocupação no MST dos entrevistados, com objetivo de preservar a sua identidade.

O segundo ponto é a necessidade que a liderança aponta em desnaturalizar e/ou desconstruir a ideia de “assentamento” somente como um espaço de produção, como se ele fosse um lugar que não carecesse de outras necessidades básicas para manutenção e organização das famílias.

Por isso, é importante considerar o exercício das Sociologias das Ausências e da Sociologia das Emergências a fim de colocar em cena as diferentes epistemes e perspectivas da periferia e dos excluídos, reinventando e ampliando o horizonte teórico e epistemológico crítico de interpretação e representação (da realidade social e da educação/pedagogia brasileira/amazônica), bem como assinalar caminhos de resistência e de sociabilidades alternativas (CORRÊA; NASCIMENTO, 2019).

O movimento pela educação do campo e suas experiências vem se esforçando em apontar esses novos caminhos de representação da realidade, que, ao se colocarem no debate público enquanto sujeitos de direitos revelam uma outra interpretação - não eurocêntrica e simplista - do mundo rural brasileiro e de seus habitantes, ao contrário daquela que se construiu oficialmente na história a partir do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, que visualiza o homem do campo encharcado pelo seu tempo histórico, é marcadamente positivista e, portanto, colonialista, reforça a (re) produção nos termos do campo decolonial, da colonialidade do poder, saber e ser (CASTRO-GOMEZ, 2005; QUIJANO, 2009; MIGNOLO, 2005; MALDONADO-TORRES, 2007). Lobato contribuiu (se quisermos tomar o Boaventura) para esse desperdício de experiência sociais do rural brasileiro e amazônico, para o epistemicídio e, por conseguinte, para reforçar as linhas abissais. A educação do campo, em certa medida, contribui para rever isso, mas, também, tem seus limites dada sua herança marxista (ARAÚJO et al., 2017). Assim, faz-se necessário que essa discussão gire em torno da ideia de emancipação dos sujeitos do campo na qual a formação educacional (mas também política) é necessária para própria implementação do projeto de campo e de sociedade que se vincula como parte indissociável do projeto de educação do campo (CALDART, 2004).

Nesse sentido, alarga-se essa discussão para um terreno de debate mais amplo, que ao recontar a história à contrapelo nos termos de Walter Benjamin (1986) cria uma nova imagem do mundo rural, como contraponto à imaginação social moderna/eurocêntrica que cunhava o rural como expressão do atraso e antítese do moderno. Ainda, outras duas dimensões destacamos: 1) o projeto de sociedade, de desenvolvimento, cidadania e democracia que essas questões sinalizam 2) e de interpretação do lugar que ocupa esse sujeito coletivo na construção desse projeto de sociedade. É neste sentido que a agenda do MST ganha uma di-

mensão - ambiental -, que de acordo com Corrêa et al., (2017) adquire um “forte corte político de classe, que reafirma a posição do movimento enquanto ator coletivo anticapitalista” (p. 35). Alguns pesquisadores que se dedicam aos estudos da relação educação do campo e agroecologia, afirmam que a agroecologia enquanto matriz técnico-científica inovadora assume uma dimensão central nas reflexões e práticas do movimento da educação do campo e poder-se-ia acrescentar nas concepções de educação do campo e reforma agrária do MST (MOLINA; FREITAS, 2012; MICHELOTTI; GUERRA, 2011).

Em outro depoimento, esse diagnóstico é confirmado quando uma Liderança do Setor de Produção (L.S.P) aborda em sua fala essa experiência da agroecologia enquanto expressão da construção de novos marcadores e perspectivas críticas para o debate da educação no movimento:

Sim! Porque a questão dessa base econômica de mercado ela não se importa com seus arredores, ou seja, com que acontece no planeta, o que acontece pra destruir vida, ela quer o lucro, a mais valia, a exploração, e pra nós a agroecologia consiste nisso: a não exploração da mão de obra, ou seja, ela implica numa outra base econômica que não é capitalista, porque se você tem uma agroecologia dentro de um princípio educacional e se você está explorando seu semelhante você tá fazendo um papel que não condiz ao seu discurso, aos seus princípios, por isso que pra nós a agroecologia ela vai além do plantar, da prática plantativa, de espécie, ela vai também por essa questão de conceito, por essa questão de cultura, pela questão de consciência, pelo valor de uso e pelo valor de troca. (L.S.P)

O registro acima sugere identificar um campo que está aberto e, em construção, no movimento, e que se vincula a um compromisso político (que é também epistemológico) que busca desconverter no imaginário a ideia de progresso e modernidade que ascendem sob as bases da colonialidade. Além disso, observamos que o depoimento traz à cena duas questões, são elas temas desse dossiê: a questão colonial e ambiental, que estão presentes na dinâmica dessa “base econômica de mercado”, pois ela resgata o debate que reduz o mundo e aquilo que o constitui - humanos e não humanos - a uma dimensão meramente econômica e de mercado, como resultado da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste horizonte, a Amazônia se torna um locus por excelência para diagnosticar essa problemática, pois ela nos oferece “a possibilidade de uma análise crítica, de caminhos que superem a encruzilhada que o padrão de poder e de saber fundado na ideia de “dominação da natureza” (Francis Bacon) que nos conduziu ao colapso ambiental que hoje vivemos” (PORTO-GONÇALVES, p. 21).

Em outra chave interpretativa, Enrique Leff (2002) apresenta em seu diagnóstico que a problemática socioambiental como resultado dessa tríade:

extrativismo, capitalismo e colonialismo, têm levado à sociedade a internalizar novos valores e princípios epistemológicos que orientem a construção de uma nova racionalidade produtiva, sobre as bases de sustentabilidade ecológica e equidade social. A educação do campo associada aos princípios agroecológicos contribui para isso, com a emergência de outros valores construídos e internalizados a partir de experiências não eurocêntricas, que ascendem de outras regiões do mundo, partindo de outras cosmovisões de sociedades, de outros universos simbólicos, por outras maneiras de ver a vida e a relação com a natureza que estavam antes ausentes/invisibilizadas/excluídas. Assim, as Epistemologias do Sul assumem um papel de relevância nesse estudo porque sua orientação sugere outras formas de ver e construir o conhecimento, tornando crível outras experiências disponíveis. Para Santos (2010b) essas experiências podem vir à tona com o pensamento pós-abissal que parte da ideia de que no mundo há uma diversidade imensurável, mas que esta pluralidade de experiências, cosmovisões, saberes e práticas continuam a serem vistas e produzidas como ausente pelo fato de inexistir uma epistemologia que as credibilizem.

Em outro trecho da entrevista a liderança (L.S.P) menciona a construção desses valores e princípios enquanto um processo educativo que contribui na construção de novos hábitos, costumes, concepções, que juntos sinalizam uma identidade de consumo baseada na reciprocidade

Inclusive a partir dessas práticas que a gente começou a falar na rede de mercado justo, a partir do trabalho da universidade, mas com a experiência do LAPO¹⁰. Então toda vez que tem esses encontros a gente faz a oficina e eu ensino como fazer o azeite de andiroba, um vatapá de palmito por exemplo, tinturas, várias tinturas a gente faz, o horto medicinal. Eu recebo vários convites pra fazer isso aí e de outras comunidades, então eu percebo que existe uma diferença sempre quando tem um encontro desses não só vendo, mas tenho o interesse de multiplicar isso. Tudo que a gente faz aqui é nessa perspectiva, é pedagógico, todo o nosso encontro que vem pra mim eu olho como um processo pedagógico (L.S.P).

Essas experiências que estão sendo construídas numa perspectiva interna e externa ao assentamento são reveladoras de como esses sujeitos coletivos constroem epistemologias outras nas suas relações sociais com o meio em que vivem, isso permite identificar outros saberes que se estruturam sob outros critérios de inteligibilidade e operam credivelmente nas práticas sociais, tornando os corpos físicos individuais em um corpo físico coletivo (SANTOS 2010b; 2019).

10. Abreviação do nome identitário do lote em que vive a liderança entrevistada, Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO)

Essas práticas que emergem “de baixo”, por outro lado, preparam o terreno para a afirmação de uma epistemologia que vem do Sul Global, protagonizada pelas classes populares e subalternos, e que dizem respeito a vários tipos de conhecimentos que estão a emergir, bem como às articulações que se podem estabelecer entre eles na luta contra opressão (SANTOS, 2019).

Em síntese, esses novos paradigmas de sociabilidades assumem dimensões de luta e resistência num campo plural, contra-hegemônico e diverso, que ativam memórias e organizações coletivas para definir estratégias de resistência com objetivo de reinventar a vida e as relações no rural amazônico, valendo-se de um processo metodológico pedagógico que possibilita em sua práxis “educar” a relação sociedade-e-natureza e construir outros caminhos alternativos de emancipação social.

3.2 A emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural em assentamentos rurais da Amazônia

Para região Amazônica historicamente foi reservado um padrão de desenvolvimento excluindo sua população nativa, desconsiderando os modos de vida, a relação desses povos com o território, natureza e a terra. Esse modelo de desenvolvimento hegemônico, colonialista e excludente “enxerga” a região como “reserva” e “fonte” inesgotável de recursos naturais, em particular na contemporaneidade, como fronteira do agronegócio, que avança (re) produzindo estrutura de violência, poder e dominação (institucional e não-institucional) sob uma lógica colonialista de “apropriação/violência” interna (STAVENHAGEN, 1963; CASANOVA, 2006), com o protagonismo do Estado, em parceria com o capital privado nacional e internacional. Essa dinâmica territorial do agronegócio na região amazônica, em certa medida, é parte de um “imaginário social” externo hegemônico e excludente de poder, onde prevalecem “visões sobre a Amazônia”, e não “visões da Amazônia” conforme adverte Porto-Gonçalves (2018).

Para alguns estudiosos da nossa formação social, a ideia de desenvolvimento, no caso brasileiro, se expressa a partir de um capitalismo dependente e periférico não devendo ela estar dissociada do nosso projeto de “modernização” que, longe de romper com as estruturas e heranças herdadas do nosso antigo regime (a colônia) as manteve atuantes na construção dessa modernização (CORRÊA, 2014), estruturada à sombra do conservadorismo e feita pelo “alto” e para os “poucos” como nos chamava atenção Florestan Fernandes (1987; 2008). Isto demarca no campo decolonial uma outra especificidade do capitalismo brasileiro, que se assenta numa lógica colonial que é externa, mas, também interna (CASANOVA,

2006; CORRÊA; NASCIMENTO, 2019), neste horizonte a colonialidade se torna indissociável à modernidade (MIGNOLO, 2005).

Diante dessas contradições e ambiguidades que marcam a nossa formação histórica-estrutural, os movimentos sociais populares do campo e da cidade protagonizam outras formas de experiências de desenvolvimento alternativo, de estilos de vida e sociabilidades que se orientam por uma outra perspectiva, a da emancipação (SANTOS, 2007a).

Conforme vem sendo demonstrado no texto a construção do discurso ambiental no MST por meio da agroecologia vem demarcando novas posições do movimento frente à sociedade e o Estado. O tema do desenvolvimento rural aparece nesse repertório do MST sob uma nova matriz que têm como base a produção da agricultura familiar orientada por uma outra lógica, a agroecológica. Seguindo com os depoimentos dos interlocutores da pesquisa, ao tratar do tema da agroecologia como uma experiência nova em curso sob essa perspectiva da agroecologia e sua representação social e ambiental, o entrevistado diz:

A agroecologia em primeiro lugar a gente pensa no ser humano, na relação ser humano e natureza. Esse é o pensamento geral da agrobiodiversidade. A agroecologia pra nós, hoje, é como eu disse: é uma discussão que ela surgiu também de forma bem política que é justamente diante de tanta depredação, tanta devastação da natureza, da Amazônia. A gente tem que fazer alguma coisa, o que nós vamos fazer? Enquanto seres humanos, enquanto agricultores? Preservar? Então vamos preservar, mas pra quê? Qual o objetivo de simplesmente preservar? É reconstituir o bioma? O meu papel é preservar, ter cuidado, mas quem tá fazendo isso? Porque chegou esse momento hoje de tanta devastação, tanta destruição da natureza? A gente sabe que existe, existe um motivo, existe um objetivo que é esse capital tão selvagem que se apropriou do campo que é o agronegócio, então as grandes propriedades, os grandes projetos estão acabando com a nossa Amazônia, estão acabando com a natureza, então a gente precisa dar uma resposta e a gente não tem como dar uma resposta igual a deles, as nossas armas são diferentes das deles e a gente começa a ver que isso é luta de classe, então tu tens uma arma pra lutar, tem? Então vamos lá, cada família começar a pensar. Nós estamos sendo abocanhados, estamos sendo engolidos por esse grande dragão que é o agronegócio que cada vez mais vai tirando o povo do campo, vai destruindo, matando, não só matando a biodiversidade, mas o próprio ser humano (Liderança S.P).

Essa narrativa nos sugere identificar que vivemos numa época de “crise ecológica”, onde visualizamos de perto a expropriação dos recursos naturais, a disputa e os conflitos pelo território,

a destruição dos modos e estilos de vida tradicionais. Um cenário que coloca a humanidade diante de grandes dilemas e desafios frente a acumulação primitiva do capital e a busca insana pela modernidade e o desenvolvimento (ACOSTA, 2016a; HARVEY, 2010; HABERMAS, 1987)

Para Santos (2012a) essa lógica de expropriação e apropriação não é algo que remonta ao passado colonial somente, mas é uma dinâmica presente no desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente ¹ atual

que se refaz historicamente de mãos dadas com a acumulação ampliada do capital, via expropriação de povos de suas terras, territórios e exploração e exportação da natureza (terras, florestas, águas, biodiversidade etc.), além de novas formas de exploração do trabalho. Na atualidade, o neo-colonialismo e o capitalismo se refazem, reproduzindo a miséria e desigualdade, além de sérios problemas de violação de direitos humanos e danos ambientais em busca do controle e domínio de novos territórios, para expansão da dinâmica de acumulação. (CORRÊA; OLIVEIRA, 2015, p. 8).

Ainda que no continente latino americano esse passado ainda esteja tão enraizado como fruto de um histórico processo de opressão e domínio colonial, por outro lado, é preciso não perder de vista que essa região é palco de lutas e resistências mobilizadoras que protagonizam suas experiências na contemporaneidade em torno da defesa dos bens comuns como patrimônio comum da humanidade (HOURTART, 2011; SANTOS, 2006) que inclui elementos indispensáveis à vida – como a água, as sementes, além da terra –, como serviços públicos que se conflitam com as múltiplas faces das crises com as quais convivemos.

É possível observar ainda com base nesse trecho da entrevista que a agroecologia que assume uma dimensão ético-político da vida e da natureza, colocando a preservação desta última como condição indispensável para manutenção da primeira. Sendo possível, de forma inicial, afirmar que esse debate se estrutura com forte apelo na perspectiva do “Bem Viver” (Buen Vivir/Vivir Bien), que reconhece a necessidade da convivência cidadã e harmoniosa entre os seres – humanos e não humanos – na busca de construir um modelo civilizatório que reconheça a natureza como um sujeito de direitos (ACOSTA, 2016). Assente nesse debate a agroecologia pauta a necessidade de defender uma proposta de desenvolvimento rural que busque “qualificar o embate de luta de classe”, e oriente sua dimensão para um novo “projeto societário” centrado no “humanismo”. Esse paradigma inclui a dimensão “ecológica” da vida segundo Frader e Sauer (2017); Tardim (2013); Fornazieri (2013). Para isso conforme é destacado em outra parte da entrevista

¹¹ Para melhor entender esse conceito ver Florestan Fernandes “capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”. Rio de Janeiro – Editora Zahar, 1973.

é necessário se pensar na agricultura que faça ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil adotou que é o modelo colonialista e agora é neocolonialista e nós prezamos por outro modelo de desenvolvimento econômico, pra isso é necessário ter uma educação diferenciada pra ti poder discutir outra matriz tecnológica de produção, nós precisamos discutir uma ruptura completa com esse modelo, mercantil, que parte de uma educação, que parte de uma outra matriz tecnológica que é produzir pra uma auto sustentação que em primeiro lugar nós não produzimos mercadoria, nós produzimos alimentos, essa é a intenção e a proposta pros assentamentos e acampamentos (L.S.P)

Esse novo paradigma de desenvolvimento rural defendido pelos movimentos sociais do campo brasileiro e amazônico vem se reinventando econômico, social e politicamente ao pautar a necessidade de ruptura com o modelo atual, que relaciona as dimensões de crescimento e progresso ao avanço da grande agricultura moderna nesse espaço. Por outro lado, essa dinâmica nos convida a colocar o capitalismo e o colonialismo para o centro das análises, uma vez que, ambos buscam se apropriar, mercantilizar e transformar os recursos naturais e bens comuns em propriedade privada. Isso evidencia a marca do extrativismo nessa agenda. Por extrativismo Acosta (2016b) entende enquanto

modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos. A economia mundial – o sistema capitalista – começou a ser estruturada com a conquista e colonização de América, África e Ásia. Desde então, a acumulação extrativista esteve determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente. Algumas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias-primas, ou seja, bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam Natureza, as segundas a importam. (p. 49; 50).

Esse é o retrato do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista dependente e colonialista que avança, reproduzindo estruturas de violência, de exclusão, subdesenvolvimento e desigualdade, que assinalam, por outro lado, o avanço e a reprodução da oligarquia agrária do nosso país, ao mesmo tempo, em que revela uma desfiguração da democracia brasileira (SANTOS, 2016). Todavia, é relevante, também, identificar que essa lógica de apropriação/expropriação/violência enfrenta resistências desses sujeitos afetados, que assinalam um terreno de conflito e denunciam um modelo de modernização e desenvolvimento marcados por profundas contradições e limites: humanos, psicossociais, políticos, econômicos,

culturais e ambientais. Esse novo modo de conceber o desenvolvimento rural sob os marcos da agroecologia cumpre o seu papel de contra-hegemonia ao romper com lógicas do “desenvolvimento” que segue um caminho traçado, universalmente válido e baseado no conhecimento “especialista” e na ciência moderna (LANG, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida revelou que a defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por um outro viés de desenvolvimento rural pautado nos princípios da agroecologia permitiu introduzir no seu repertório a partir de uma perspectiva pedagógica uma dimensão ético-político e ecológica na sua práxis baseada no cuidado pela vida e pela natureza. Neste sentido, tanto o debate da educação do campo e do desenvolvimento rural assumem outros marcadores e concepções críticas, orientados por essas práxis ecológica e modos de sociabilidade da vida amazônica que assinala uma imersão diferente da agenda ambiental e da crítica colonial no repertório do movimento. Por fim, o debate da agroecologia inaugura uma nova época de estudos críticos a partir da sociedade latino-americana com base nas experiências dos movimentos sociais combativos como o MST. Não só descortina novos horizontes para a reflexão teórica social e a interpretação da realidade social, como permite a construção de novas narrativas vindas de baixo, das classes e dos grupos e povos oprimidos da América Latina, em particular, da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. - São Paulo: Autonomia Literária & Elefante, 2016a.

_____. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: LANG, Mirian Gerhard Dilger; FILHO, Jorge Pereira (org). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Revista Estudos Avançados. v. 24 (68), 2010.

ARAÚJO, Paulo Henrique B et al. Desenvolvimento Agroecológico e Educação do Campo na Amazônia: uma análise da experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul. Relatório de pesquisa referente ao período de (2016/2017) apresentado no VI Seminário de Iniciação Científica da UEPA, 2017.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117.

BARCELLOS, S. B. A Formação do discurso da Agroecologia no MST (Dissertação de mestrado) em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BERNARD, H. R. Research methods in cultural anthropology. Newbury Park, CA: Sage, 1988. p. 149-179.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas, v. 2, ed. 2. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORSATTO, R. S e CARMO, M. S do. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013 - Impressa em Fevereiro de 2014.

BORGES, J. MST: do produtivismo a agroecologia. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, 2009 (GT 07).

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção territorial. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

CASTRO-GOMÉZ, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro. In: LANDER, Edgar (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

CASANOVA, Pablo G. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, Atilio et al (Orgs). Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas: Buenos Aires. Clacso, 2006.

CAVALLO, Gonzalo Aguilar. Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais: a descolonização inacabada. Revista Estudos Avançados. v. 32 (94), 2018.

CABA, S.; GARCÍA, G. La denuncia al eurocentrismo en el pensamiento social latino-americano y la problemática de la universalidad del conocimiento. Polis. Revista Latinoamericana, n.38, p.1-18, 2014.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. MOLINA, Mônica. [et al]. Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. (Orgs). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. Coleção Por uma educação do campo, n. 05.

CORRÊA, Sérgio R.M. As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico de Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2014.

_____. OLIVEIRA, R. V. As lutas e Resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu-MG. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, de 26 a 30 de outubro de 2015, em Caxambu - MG, 2015.

_____. Movimentos Sociais, Educação do Campo e o Desenvolvimento da Amazônia/Brasil em disputa: um estudo da experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBIC/PIBIT, 2017.

_____. NASCIMENTO, Maycom D.F. MST, agroecologia e educação do campo na Amazônia: um estudo sob o enfoque das Epistemologias do Sul. Rev. Tempos Espaços Educ. I São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 12, n. 29, p. 299-324, abr./jun. 2019.

CORREA, C. O MST em marcha para a Agroecologia: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST (Dissertação de mestrado) em Agroecologia, Universidade Internacional da Andalucia e Universidade de Córdoba, Espanha, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. Em Novaes, H.; Mazin, A. D. & Santos, L. (Eds.),

Questão agrária, cooperação e agroecologia (Vol. 1, pp. 169-187). São Paulo: Outras Expressões. Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (2008, maio). Construindo o horizonte agroecológico: experiências de agricultura sustentável em assentamentos da Reforma Agrária do Brasil. Revista Reforma Agrária e Meio Ambiente, v. 3, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

_____. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Soc. Estado. Vol. 31, n. 1. Brasília, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. [Tradução: Mariana Echalar]. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016 (Col. Estado de Sítio).

ESCOBAR, Arturo. “Latin America at crossroads: alternative modernizations, post-neoliberalism, or post-development”. Cultural Studies, 2010. 24 (1): 1-65.

FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKER, D. C. A. (Orgs). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968

_____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Guanabara:1987.

- _____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.
- FRADE, Fernanda; SAUER, Sergio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 2017.
- FREITAS, Helana C. de A. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana C. de A (org). *Educação do Campo*. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.
- FORNAZIERI, M. (2013, julho, 9). Entrevista por (Almeida, F.) [áudio].
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HALL S. A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa II. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1987.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Trad. Adail SOBRAL e Maria Stela GONÇALVES. 4ªed. Loyola: São Paulo, 2010.
- HOUTART, F. *Dos bens comuns ao 'bem comum da humanidade'*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.
- KOLLING, Edgar J [et al]. *MST e Educação*. In: CALDART, Roseli S. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- LANG, Mirian. *Alternativas ao desenvolvimento*. LANG, Mirian Gerhard Dilger; FILHO, Jorge Pereira (org). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016
- LANDER, Edgar (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 3ª ed. Cortez. São Paulo, 2002a.
- LOUREIRO, Isabel. *Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST*. In: SINGER, André (org). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* 1ª. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, H. *Avanços e desafios na construção da Educação do Campo*. Em Aberto, v. 1, p. 17-31, 2012.
- MANIFESTO DAS Organizações Sociais do Campo. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/991-manifesto-das-organizacoes-sociais-do-campo>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- MICHELOTTI, Fernando; GUERRA, G. A. D. *Ciências Agrárias e Educação do Campo*. In: Clarice Aparecida dos Santos; Mônica Castagna Molina; Sonia Meire dos Santos Azevedo de Jesus. (Org.). *Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil*. 1ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, v. 1, p. 103-119.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- NASCIMENTO, Maycom. D. F. *Educação do Campo, Agroecologia e Desenvolvimento Rural: um estudo sobre a experiência do MST na Amazônia Paraense*. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia) pela Universidade do Estado do Pará, 2019.
- NOVAES, H. T.; Santos, L.; Pires, J. H. & Fuzer, A. C. P. *A economia política da "revolução verde", a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST*. In: Novaes, H.; Mazin, A. D. & Santos, L. (Eds.), *Questão agrária, cooperação e agroecologia* (Vol. 1, pp. 209-230). São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- NUNES, João Arriscado. *O resgate da Epistemologia*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. EDIÇÕES ALMEDINA S.A, 2009.
- PESSOA, Elen Crisitina da Silva. *Ter de onde partir: uma experiência agroecológica no assentamento Mártires de Abril - MST (Pará)*. *Revista IDeAS*, v. 6, n. 2, p. 9-27, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. In: *Revista Geografia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano VIII, N. 16, 2006.
- _____. *Amazônia - Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. v. 1. 111p.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina*. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amátua, v. 9, n. 9, 1997.
- _____. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgar (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.
- _____. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina; Janeiro, 2009.
- QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; CONCHA ELIZALDE, Paz. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. *Arte e Descolonização*, v. 3, p. 3-12, 2019.
- SAID. E. W. 2007. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Edição de bolso).
- SANTOS. Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida descente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- _____. *Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente. Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004b.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007a.
- _____. *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, V. 78. Outubro, 2007b.
- _____. *Epistemologias do Sul* (Org.). São Paulo: Cortez, 2010a.
- _____. *A gramática do tempo: para um nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).
- _____. (Aula): "Desenvolvimento ou Autodeterminação?" (05/2012a). *Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5bWzG-c8bNQ>. Acesso em: 13 mai. 2019.
- _____. *Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016.
- SAUER, S. & FRANÇA, F. C. *Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar*. *Caderno CRH*, vol. 25, nº. 65, pp. 285-307, 2012
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. ed. rev. atual - São Paulo: Cortez, 2016.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Clases, colonialismo y aculturación en América Latina*. *América Latina - Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, México, v.6, n.4, 1963.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- TARDIM, J. M. (2013, agosto, 4). *Entrevista por (Almeida, F.) [áudio]*.
- TILLY, Charles. *Movimentos Sociais como política*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010. Pp. 133-160.